



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2020

SUMÁRIO

Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
1 Contexto operacional	16
2 Base de preparação e apresentação	18
3 Caixa e equivalentes de caixa	25
4 Aplicações financeiras	26
5 Contas a receber	26
6 Despesas antecipadas	26
7 Investimentos	28
8 Imobilizado	29
9 Intangível	32
10 Fornecedores	33
11 Tributos a recolher sobre o lucro	34
12 Concessões a pagar	35
13 Financiamentos e debêntures	36
14 Arrendamentos	39
15 Encargos regulatórios a recolher	40
16 Provisão para compromissos futuros	40
17 Processos judiciais	41
18 Patrimônio líquido	45
19 Receita líquida	46
20 Custos e despesas operacionais	47
21 Receitas e despesas financeiras	48
22 Transações com partes relacionadas	49
23 Instrumentos financeiros	49
25 Cobertura de seguros	55
26 Compromissos	55
27 Informações complementares ao fluxo de caixa	56
28 Efeitos do COVID-19	56
29 Eventos subsequentes	57

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Os resultados de 2020 foram relevantes, apesar de todas as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19. De forma produtiva, estabelecemos regimes diferenciados de trabalho, tanto nas funções operacionais quanto nas administrativas. Sendo “A vida em primeiro o lugar” um dos valores essenciais para a Aliança, adotamos as melhores práticas e medidas visando à segurança de nossos colaboradores, de forma alinhada com a continuidade de nossas atividades.

Mesmo em meio a um ano desafiador, a Aliança alcançou em 2020 o recorde de energia gerada de 6.326.360 MWh, volume 25,6% superior ao registrado no ano anterior. Mantendo o foco na excelência operacional, a Companhia obteve a disponibilidade média ponderada das usinas hidrelétricas (ID60 médio ponderado) de 96,86%, patamar acima do limite superior de controle exigido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). No Complexo Eólico de Santo Inácio, o índice de disponibilidade (ID12) foi ainda mais elevado, alcançando a marca de 98,51%.

Também foram destaques os importantes marcos alcançados no desenvolvimento dos projetos eólicos Acauã e Gravier, aprovados pelos acionistas em dezembro de 2019. Os empreendimentos obtiveram em 2020: (i) Outorgas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); (ii) Pareces de Acesso para conexão na rede básica nacional emitidas pelo ONS; (iii) Licenças Ambientais de Implantação (LI); (iv) enquadramentos de Projetos Prioritários no Ministério de Minas e Energia; e (iv) contratação dos principais fabricantes e fornecedores. Esses marcos foram condições fundamentais para que em 2021 seja dado prosseguimento às atividades de implantação em campo.

No que se refere aos resultados financeiros consolidados, a Aliança registrou a maior geração de caixa de sua história, medida pelo EBITDA, de R\$571 milhões. O lucro líquido alcançou o montante de R\$254 milhões, um aumento de 11% em relação a 2019. Os resultados alcançados refletem o foco da Aliança na eficiência operacional e na geração de valor a seus acionistas.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2021.

DIRETORIA:

Wander Luiz de Oliveira
Diretor de Comercialização e de Engenharia

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Operação



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Aliança Geração de Energia S.A

Belo Horizonte- MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado em função do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana

Veja as notas nº 2.6.d e nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O balanço patrimonial consolidado apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 2.148.530 mil, dos quais, R\$ 75.873 mil referem-se à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves ("Usina"), por meio do Consórcio Candonga. A Companhia e suas controladas efetuam a análise do valor recuperável do ativo imobilizado quando há indícios de que o seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil. Em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana-MG, a Usina teve suas operações interrompidas desde novembro/2015, o que representa um indicador de que os ativos possam estar desvalorizados. Para a determinação do valor recuperável, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que envolve um alto grau de julgamento na determinação das estimativas utilizadas na projeção da geração de caixa da unidade geradora de caixa para fins	– Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves que foi utilizado para análise e determinação do valor recuperável dos ativos. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das receitas no período de projeção e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis do setor de geração de energia, com o desempenho efetivo de outras usinas do grupo e com dados históricos. Realizamos também a análise de sensibilidade, bem como o recálculo do valor em uso. Adicionalmente, analisamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras. – Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o imobilizado

de determinação do valor recuperável dos ativos. Devido a relevância dos saldos e que eventuais alterações das premissas utilizadas possam impactar de forma relevante as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. [5]

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos

que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	311.441	394.567	385.220	435.169
Aplicações financeiras	4	209.716	305.884	224.258	327.246
Contas a receber	5	114.281	93.378	159.711	130.592
Estoques		9.827	9.457	9.941	9.473
Despesas antecipadas	6	4.224	6.432	4.224	6.432
Tributos a recuperar		17.099	17.355	20.235	21.580
Dividendos a receber		4.001	-	-	-
Outros valores a receber		2.090	4.444	2.107	4.656
Total do ativo circulante		672.679	831.517	805.696	935.148
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar		-	-	7.373	8.941
Depósitos vinculados a litígios	17.b	1.996	8.674	2.005	8.683
Outros valores a receber de partes relacionadas	22	133.120	97.598	133.120	97.598
Despesas antecipadas	6	1.134	5.358	1.134	5.358
Outros valores a receber		16.646	10.414	16.646	10.414
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	7.150	7.693	7.556	7.932
Investimento	7	662.208	494.155	-	-
Imobilizado	8	1.410.591	1.502.251	2.146.275	2.118.365
Intangível	9	117.277	139.934	146.652	151.705
Total do ativo não circulante		2.350.122	2.266.077	2.460.761	2.408.996
TOTAL DO ATIVO		3.022.801	3.097.594	3.266.457	3.344.144

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	41.971	42.519	47.467	44.817
Salários e encargos a pagar		12.287	11.752	12.287	11.752
Tributos e contribuições sociais a recolher		5.908	4.923	7.369	6.061
Tributos a recolher sobre o lucro	11	87.044	84.058	89.188	84.662
Concessões a pagar	12	43.580	41.990	43.580	41.990
Financiamentos e debêntures	13	8.719	152.305	19.328	161.265
Arrendamentos	14	1.416	1.467	2.432	2.432
Encargos regulatórios a recolher	15	6.948	6.146	6.973	6.171
Provisão para compromissos futuros	16	17.386	18.350	17.711	18.660
Dividendos a pagar	18.a	254.288	228.962	254.288	228.962
Outros passivos		2.491	3.366	2.426	3.370
Total do passivo circulante		482.038	595.838	503.049	610.142
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	12	238.083	255.808	238.083	255.808
Financiamentos e debêntures	13	64.688	68.518	261.024	275.840
Arrendamentos	14	3.493	2.778	14.575	11.418
Encargos regulatórios a recolher	15	24.621	20.551	24.621	20.551
Provisão para compromissos futuros	16	6.521	17.144	21.748	33.428
Provisões para processos judiciais	17	345.452	279.052	345.452	279.052
Total do passivo não circulante		682.858	643.851	905.503	876.097
Total dos passivos		1.164.896	1.239.689	1.408.552	1.486.239
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	18				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Total do patrimônio líquido		1.857.905	1.857.905	1.857.905	1.857.905
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		3.022.801	3.097.594	3.266.457	3.344.144

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	19	960.496	1.015.746	1.042.130	1.102.948
Energia elétrica comprada para revenda		(260.702)	(367.861)	(266.856)	(380.564)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(54.262)	(51.391)	(58.265)	(55.185)
Depreciação e amortização		(123.927)	(122.102)	(153.517)	(150.771)
Outros custos com geração de energia		(91.560)	(88.299)	(101.570)	(94.572)
Total dos custos operacionais	20.a	(530.451)	(629.653)	(580.208)	(681.092)
LUCRO BRUTO		430.045	386.093	461.922	421.856
Despesas gerais e administrativas		(42.055)	(28.938)	(44.247)	(30.012)
Outras (despesas) receitas operacionais		(1.929)	(669)	(2.290)	(988)
Resultado de equivalência patrimonial	7.b	14.943	16.264	-	-
Total das (despesas) receitas operacionais	20.b	(29.041)	(13.343)	(46.537)	(31.000)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		401.004	372.750	415.385	390.856
Receitas financeiras	21	20.725	34.172	28.160	38.597
Despesas financeiras	21	(44.818)	(68.912)	(62.522)	(89.983)
Resultado antes dos impostos	11.2	376.911	338.010	381.023	339.470
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.2	(122.080)	(122.142)	(126.359)	(122.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	(543)	13.094	(376)	11.908
Lucro líquido do exercício		254.288	228.962	254.288	228.962
Lucro líquido por ação – R\$	18.d	0,20	0,18	0,20	0,18
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	18.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	254.288	228.962	254.288	228.962
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	254.288	228.962	254.288	228.962

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018		1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do exercício		-	-	228.962	228.962
Dividendos obrigatórios		-	-	(228.962)	(228.962)
Em 31 de dezembro de 2019		1.291.488	566.417	-	1.857.905
Lucro líquido do exercício		-	-	254.288	254.288
Dividendos obrigatórios		-	-	(254.288)	(254.288)
Em 31 de dezembro de 2020	18	1.291.488	566.417	-	1.857.905

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		254.288	228.962	254.288	228.962
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	8 e 9	128.728	126.043	155.797	152.178
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	8 e 9	(3.701)	2.087	1.448	2.895
Resultado de equivalência patrimonial	7	(15.296)	(16.617)	-	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		42.645	67.953	59.680	88.255
Imposto de renda e contribuição social	11.2	122.623	109.048	126.735	110.508
Amortização prêmio de repactuação do risco		6.432	6.604	6.432	6.604
Provisões para processos judiciais	17	37.407	70.230	37.407	70.230
		573.126	594.310	641.787	659.632
Variação de ativos e passivos					
Contas a receber		(20.903)	(332)	(29.119)	(13.898)
Tributos a recuperar		(35.037)	(45.960)	(33.016)	(47.203)
Depósitos judiciais	17.b	8.478	(3.310)	8.478	(3.311)
Outros ativos		(10.777)	(7.984)	(10.680)	(4.666)
Fornecedores		(548)	29.084	2.650	25.077
Salários e encargos a pagar		535	673	535	672
Tributos e contribuições sociais		(9.980)	18.863	(11.760)	17.127
Provisão para compromissos futuros	16	(13.201)	(24.621)	(17.660)	(25.532)
Outros passivos		3.756	3.649	3.687	3.653
		(77.677)	(29.938)	(86.885)	(48.081)
Caixa gerado pelas operações		495.449	564.372	554.902	611.551
Imposto de renda e contribuição social pagos		(72.836)	(107.256)	(72.836)	(108.146)
Juros pagos	13	(8.525)	(16.804)	(23.971)	(34.525)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		414.088	440.312	458.095	468.880
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições no imobilizado e no intangível	8 e 9	(5.827)	(10.681)	(172.615)	(17.099)
Aumento/Integralização de capital em controladas	7	(162.216)	(1.880)	-	-
Dividendos recebidos	7	2.585	596	-	-
Aplicações financeiras		96.168	(63.061)	102.988	(70.173)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(69.290)	(75.026)	(69.627)	(87.272)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de financiamentos e debêntures	13	(146.653)	(140.000)	(156.110)	(152.457)
Pagamentos de arrendamentos	14	(1.585)	(546)	(2.621)	(1.560)
Pagamento de concessões	12	(50.724)	(47.478)	(50.724)	(47.478)
Pagamento de dividendos	18.a	(228.962)	(201.475)	(228.962)	(201.475)
Financiamentos obtidos	13	-	74.067	-	75.490
Caixa líquido gerado pelas (consumidos nas) atividades de financiamento		(427.924)	(315.432)	(438.417)	(327.480)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(83.126)	49.854	(49.949)	54.128
No início do exercício		394.567	344.155	435.169	381.041
Caixa e equivalentes de caixa de empresa incorporada, líquidos		-	558	-	-
No fim do exercício		311.441	394.567	385.220	435.169
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(83.126)	49.854	(49.949)	54.128

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em milhares de reais.

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS					
Venda de energia	19	1.134.079	1.165.419	1.229.246	1.260.551
Outras receitas		2.481	4.180	2.481	4.180
		1.136.560	1.169.599	1.231.727	1.264.731
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos com aquisição de energia para revenda	20	(260.702)	(367.861)	(266.856)	(380.564)
Serviços de Terceiros		(56.046)	(57.623)	(68.324)	(65.371)
Materiais		(2.479)	(3.080)	(2.529)	(3.115)
Outros custos operacionais:					
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão		(54.262)	(51.391)	(58.265)	(55.185)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	19	(27.528)	(20.475)	(27.528)	(20.475)
Encargos regulatórios		(13.118)	(13.895)	(13.420)	(14.198)
Outros		(25.188)	(6.387)	(27.588)	(8.285)
		(439.323)	(520.712)	(464.510)	(547.193)
VALOR ADICIONADO BRUTO		697.237	648.887	767.217	717.538
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	8 e 9	(128.375)	(126.043)	(155.797)	(152.207)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		568.862	522.844	611.420	565.331
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	7	14.943	16.617	-	-
Receitas financeiras	21	20.725	34.187	28.160	38.647
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		604.530	573.648	639.580	603.978
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados		45.364	45.663	45.364	45.696
Remuneração direta		37.551	35.491	37.551	35.516
Benefícios		6.184	8.632	6.184	8.640
FGTS		1.629	1.540	1.629	1.540
Impostos, taxas e contribuições		258.097	228.203	275.443	237.295
Federais		225.559	216.363	233.959	222.498
Estaduais		32.356	11.596	41.308	14.552
Municipais		182	244	176	245
Remuneração de capitais de terceiros		46.781	70.820	64.485	92.025
Juros		44.315	65.902	60.760	86.206
Aluguéis		1.962	1.908	1.962	2.040
Outras despesas financeiras		504	3.010	1.763	3.779
Remuneração de capitais próprios		254.288	228.962	254.288	228.962
Dividendos distribuídos	18	254.288	228.962	254.288	228.962
		604.530	573.648	639.580	603.978

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança", "Controladora" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. ("Vale") e Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.257 MW. Desse total, (i) 1.158 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 668 MW médios; e (ii) 99 MW por meio de participações em 4 parques eólicos com fator de capacidade de 46 MW médios a P90.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento - Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW)(*)	Energia assegurada (MW médios)(*)	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	85	Dez/35
Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	182	Dez/35
Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco")						
Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	154	Ago/36
Amador Aguiar II ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	132	Ago/36
Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	62	Jul/32
Igarapava ("Consórcio de Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	134	Dez/28
Risoleta Neves ("Consórcio de Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	65	Mai/35

*Os valores referem-se à capacidade instalada e a energia assegurada do consórcio.

Repactuação do risco hidrológico lei nº14.052/2020

A Lei de nº14.052/2020, de 8 de setembro de 2020 alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, no sentido de estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico suportado pelas empresas de geração de energia elétrica. A Lei prevê a possibilidade de compensação financeira às geradoras de energia elétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), pelos motivos não hidrológicos presentes no GSF desde 2012, devido ao deslocamento hidrelétrico por geração fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, além dos impactos

causados pelas usinas estruturantes decorrentes da antecipação da garantia física e de atrasos ou restrições de transmissão associadas as instalações destinadas ao escoamento da energia dessas usinas. Os efeitos serão compensados por meio de extensão de prazo de concessão das usinas participantes do MRE que aderirem ao acordo de repactuação.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), regulamentou o tema por meio da Resolução Normativa nº 895, de 1 de dezembro de 2020, e determinou para a CCEE o prazo de até 90 dias a contar da data de publicação da resolução, para divulgar os valores calculados objeto do montante financeiro da compensação. Na avaliação da Companhia existem incertezas no que se refere a determinação do valor, desta forma, será necessário a conclusão dos cálculos pela CCEE, divulgação do valor e a abertura do prazo para manifestação para que a Companhia avalie se irá aderir ao acordo e assim seguir com as deliberações e aprovações necessárias.

Centrais Eólicas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV (“Parque Eólico Santo Inácio”)

A ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL No 583 de 22 de outubro de 2013, liberou para início da operação comercial as unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõem o Complexo Eólico Santo Inácio, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foram disponibilizadas no sistema.

Em 14 de novembro de 2017 a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, emitiu o primeiro despacho liberando a Central Eólica Garrote para operação em teste. Na sequência, em 17 de novembro de 2017, foram liberadas para operação em teste as Centrais Eólicas São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV.

Em 17 de maio de 2019, a Companhia concluiu a incorporação de sua subsidiária integral Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A. (“Aliança Eólica”) pelo valor patrimonial contábil, com sua consequente extinção. E, atualmente, a Companhia detém a participação integral nas sociedades Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica São Raimundo S.A. (“São Raimundo”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”). Veja detalhes sobre o acervo líquido da entidade incorporada na nota explicativa 7.

Assim sendo, segue resumo das principais operações contidas nos respectivos despachos:

Titularidade	Despacho ANEEL	Data do Despacho	Capacidade Instalada	Início de Operação	Prazo Final
Central Eólica Garrote S.A.	No. 4.039	30/11/2017	23.100 kW	01/12/2017	06/07/2046
Central Eólica São Raimundo S.A.	No. 4.040	30/11/2017	23.100 kW	01/12/2017	06/07/2046
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	No. 4.069	04/12/2017	29.400 kW	05/12/2017	06/07/2046
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	No. 4.070	04/12/2017	23.100 kW	05/12/2017	06/07/2046

Central Eólica Gravier

A Companhia detém 100% de participação direta na sociedade Central Eólica Gravier S.A. (“Gravier”) no município de Icapuí, no estado do Ceará.

O início da implantação do empreendimento ocorreu em 04 de janeiro de 2021, com operação comercial plena estimada para fevereiro de 2022. O projeto contará com 17 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW e a produção estimada de 28 MW médios a P90.

Centrais Eólicas Acauã I, Acauã II e Acauã III (“Projeto Eólico Acauã”)

A Companhia detém 100% de participação direta nas sociedades Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”). As referidas sociedades possuem integralmente o projeto do Parque Eólico Acauã.

O início da implantação do Projeto Eólico Acauã está previsto para o primeiro trimestre de 2021, com operação comercial plena estimada para maio de 2022. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios a P90 nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte.

Titularidade	Número de Aerogeradores	Capacidade Instalada
Central Eólica Acauã I S.A.	11	46.200 kW
Central Eólica Acauã II S.A.	11	46.200 kW
Central Eólica Acauã III S.A.	4	16.800 kW

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 18 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, Acauã I, Acauã II, Acauã III e Gravier, na mesma data base da Companhia. Para mais detalhes sobre a estrutura societária do Projeto Eólico Santo Inácio e Acauã, vide Nota Explicativa nº 7.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8 e 9 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação: alteração de taxa de depreciação da ANEEL;
- **Nota 8 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 12 - Concessões a pagar** - atualização monetária: risco de inflação da premissa utilizada;
- **Nota 14 - Arrendamento** - taxa de desconto: risco de inflação da premissa utilizada;
- **Nota 16 e 17 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 19 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento.

2.6 | Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um

descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos ("offsetting")

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. MOEDA ESTRANGEIRA

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c. INVESTIMENTOS

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, estes investimentos são inicialmente registrados pelo valor justo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

d. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Depreciação

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

e. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

f. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Ativos financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor

recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas nºs 8 e 9.

g. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como “imobilizado” e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é classificado como “empréstimos e financiamentos” nas demonstrações financeiras. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

h. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisões para compromissos futuros

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois, cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade.

Lucro Real

A Companhia com base na sistemática fiscal do lucro real aplicando-se as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento do exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

Lucro presumido

As controladas da Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

j. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

k. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

I. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

m. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação suplementar às suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração obrigatória.

n. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

A Companhia também mantém planos de contribuição definida, cujas contribuições são reconhecidas no resultado quando incorridas e não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

2.7 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- (c) Outras Normas.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e contas bancárias	544	308	776	2.268
Recursos mantidos em aplicações financeiras	310.897	394.259	384.444	432.901
	311.441	394.567	385.220	435.169

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras, sendo que todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por

Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 85% a 108,5% em 2020 (97% a 104,5% em 2019), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia e de suas controladoras a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 23.

4 | Aplicações financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recursos mantidos em aplicações financeiras	209.716	305.884	210.052	305.884
Caixa restrito	-	-	14.206	21.362
	209.716	305.884	224.258	327.246

Administração não espera utilizar estes recursos financeiros para atender compromissos operacionais no curto prazo e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

5 | Contas a receber

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Industrial ou equivalente	49.236	40.437	53.684	46.353
Suprimento a outras concessionárias	58.084	52.876	59.810	52.876
Câmara de comercialização de energia elétrica	6.961	65	46.217	31.363
	114.281	93.378	159.711	130.592

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 23.

6 | Despesas antecipadas

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

A Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), no escopo da lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), bem como o detalhamento dos produtos, se encontram na Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015. Os principais termos adotados pela Companhia para repactuação são como segue:

Concessão	Volume no ACR (MWmed)	Produto	Montante (MWmed)	Prazo (Meses)	Ressarcimento (R\$/MWh)	Prêmio (R\$/MWh)	Correção Anual
Usina de Porto Estrela	18,0	SP99	18,0	58	31,65	8,50	IPCA
Usina de Funil	43,0	SP97	43,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Aimorés	84,0	SP97	84,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Capim Branco	27,6	SP89	27,6	(*)	13,68	0,75	IPCA

(*) a opção pelo produto SP89 não acarretará pagamento do prêmio por parte da Companhia, uma vez que o montante repactuado referente a esta usina será suficiente para fazer frente ao prêmio por todo o período remanescente do contrato de ACR, e adicionalmente, ainda haverá extensão no prazo da concessão, a fim de que o montante previsto do ressarcimento seja integralmente realizado.

Os montantes referentes ao ressarcimento do GSF apurado para o exercício de 2015 garantem à Companhia o não recolhimento dos prêmios pelos prazos acima apresentados. Assim sendo, estes montantes foram reconhecidos como Despesas Antecipadas, até o valor suficiente para serem amortizados dentro do período das concessões. Já o valor a ser ressarcido via extensão do prazo da concessão foi reconhecido como Ativo Intangível, o qual deverá ser amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão.

Os montantes que a Companhia mantém reconhecidos como Despesa Antecipada devido à repactuação do risco hidrológico, para a controladora e o consolidado, são como segue:

CONCESSÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Usina de Porto Estrela	-	860
Usina de Funil	1.369	3.194
Usina de Aimorés	2.674	6.239
Usina de Capim Branco	1.315	1.497
	5.358	11.790
CLASSIFICADAS COMO:		
Ativo circulante	4.224	6.432
Ativo não circulante	1.134	5.358
	5.358	11.790

7 | Investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (c).

a. COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

	Participação	CONTROLADORA	
		31/12/2020	31/12/2019
Central Eólica Garrote S.A.	100%	93.905	89.957
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	100%	116.433	111.931
Central Eólica São Raimundo S.A.	100%	127.059	124.862
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	100%	93.811	89.635
Central Eólica Acauã I S.A.	100%	33.240	810
Central Eólica Acauã II S.A.	100%	30.170	499
Central Eólica Acauã III S.A.	100%	21.989	571
Central Eólicas Gravier S.A.	100%	76.585	-
Ágio	-	8.995	9.348
Juros capitalizados	-	64.022	66.542
		666.209	494.155

b. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DA CONTROLADORA

	31/12/2020	31/12/2019
No início do exercício	494.155	479.698
Equivalência patrimonial	15.296	16.617
Aumento de capital em controladas	83.493	1.880
Adiantamento para futuro aumento de capital	78.723	-
Amortização ágio	(353)	(353)
Juros capitalizados	(2.520)	(2.520)
Incorporação Aliança Eólica	-	(571)
Dividendos recebidos	(2.585)	(596)
Dividendos a receber	(4.001)	-
No fim do exercício	662.208	494.155

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2046). Em 31 de dezembro de 2020, o montante amortizado acumulado é de R\$7.559 (R\$5.040 em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, a Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$8.995 (R\$9.348 em 31 de dezembro de 2019) referente a ágio aportado pelo acionista.

INFORMAÇÕES DA CONTROLADAS

Os principais saldos patrimoniais das controladas são apresentados como seguem:

	31/12/2020						
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	32.421	115.150	5.340	48.326	93.905	4.914	19.334
Central Eólica São Raimundo S.A.	37.685	158.935	8.600	60.960	127.059	2.367	18.939
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	40.899	147.713	7.075	65.104	116.433	5.075	24.685
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	32.987	114.246	5.168	48.254	93.812	5.051	19.488
Central Eólica Acauã I S.A.	17	33.385	161	-	33.240	(617)	-
Central Eólica Acauã II S.A.	19	30.310	159	-	30.170	(558)	-
Central Eólica Acauã III S.A.	75	22.930	1.015	-	21.989	(617)	-
Central Eólica Gravier S.A.	17	77.161	595	-	76.585	(319)	-
	144.120	699.830	28.113	222.644	593.193	15.296	82.446

	31/12/2019						
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	22.814	120.765	3.281	50.341	89.957	4.744	20.804
Central Eólica São Raimundo S.A.	28.131	165.715	5.149	63.835	124.862	2.953	20.099
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	29.208	154.895	4.362	67.810	111.931	4.189	26.180
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	23.410	119.807	3.321	50.261	89.635	4.746	20.190
Central Eólica Acauã I S.A.	810	-	-	-	810	-	-
Central Eólica Acauã II S.A.	499	-	-	-	499	-	-
Central Eólica Acauã III S.A.	571	-	-	-	571	-	-
	105.443	561.182	16.113	232.247	418.265	16.632	87.273

8 | Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (d).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2018	103.249	1.041.862	271.116	1.098.581	1.595	13.292	2.529.695
Adições	2.162	-	1.029	3.288	422	6.943	13.844
Baixas	(443)	-	-	-	-	-	(443)
Transferência	-	790	30	2.009	42	(3.040)	(169)
Em 31/12/2019	104.968	1.042.652	272.175	1.103.878	2.059	17.195	2.542.927
Adições	2.108	-	1.942	68	-	3.656	7.774
Baixas	-	-	-	(1.542)	(52)	-	(1.594)
Transferência	-	341	137	3.163	-	(3.627)	14
Em 31/12/2020	107.076	1.042.993	274.254	1.105.567	2.007	17.224	2.549.121
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2018	(20.250)	(365.684)	(99.779)	(454.216)	(910)	(2.525)	(943.364)
Adições	(5.856)	(40.272)	(10.738)	(39.924)	(59)	(463)	(97.312)
Em 31/12/2019	(26.106)	(405.956)	(110.517)	(494.140)	(969)	(2.988)	(1.040.676)
Adições	(5.336)	(40.323)	(12.379)	(40.459)	(59)	(461)	(99.017)
Baixas	-	-	-	1.127	36	-	1.163
Em 31/12/2020	(31.442)	(446.279)	(122.896)	(533.472)	(992)	(3.449)	(1.138.530)
Valor líquido							
Líquido em 31/12/2019	78.862	636.696	161.658	609.738	1.090	14.207	1.502.251
Líquido em 31/12/2020	75.634	596.714	151.358	572.095	1.015	13.775	1.410.591
Taxa média de depreciação	5,03%	3,87%	4,53%	3,66%	2,88%	2,59%	3,89%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (a)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2018	106.680	1.041.414	295.017	1.710.676	4.628	17.997	3.176.412
Adições	12.597	-	1.029	3.288	12.591	12.590	42.095
Baixas	(1.198)	-	-	-	-	(39)	(1.237)
Transferência	-	790	30	6.603	43	(7.635)	(169)
Em 31/12/2019	118.079	1.042.204	296.076	1.720.567	17.262	22.913	3.217.101
Adições	4.759	-	1.942	68	-	150.980	157.749
Baixas	-	-	-	(1.542)	(1.069)	-	(2.611)
Transferência	-	341	137	7.757	-	(8.467)	(232)
Em 31/12/2020	122.838	1.042.545	298.155	1.726.850	16.193	165.426	3.372.007
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2018	(20.253)	(365.684)	(100.669)	(483.010)	(1.027)	(2.637)	(973.280)
Adições	(6.206)	(40.272)	(11.580)	(66.669)	(156)	(573)	(125.456)
Em 31/12/2019	(26.459)	(405.956)	(112.249)	(549.679)	(1.183)	(3.210)	(1.098.736)
Adições	(5.778)	(40.323)	(13.220)	(67.483)	(625)	(730)	(128.159)
Baixas	-	-	-	1.127	36	-	1.163
Em 31/12/2020	(32.237)	(446.279)	(125.469)	(616.035)	(1.772)	(3.940)	(1.225.732)
Valor líquido							
Em 31/12/2019	91.620	636.248	183.827	1.170.888	16.079	19.703	2.118.365
Em 31/12/2020	90.601	596.266	172.686	1.110.815	14.421	161.486	2.146.275
Taxa média de depreciação	4,80%	3,87%	4,45%	3,91%	3,74%	0,78%	3,89%

(a) A depreciação apresentada no imobilizado em curso está relacionada às peças sobressalentes incluídas em tal rubrica.

No total de imobilizado no consolidado estão incluídos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$64.023 em 31 de dezembro 2020 e R\$66.542 em 31 de dezembro de 2019. Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Em 5 de novembro de 2015 a Companhia tomou conhecimento do rompimento da barragem de rejeitos de uma mineradora, na região de Mariana.

A região afetada faz parte da bacia de contribuição ao reservatório da Usina Risoleta Neves, que é alimentada pelo Rio Doce. A referida Usina é administrada pelo Consórcio de Candonga, no qual a Aliança detém participação de 50%. Conforme cronograma de recuperação e desassoreamento do reservatório da Usina, quando as unidades geradoras se encontrarão reabilitadas e o nível operacional do reservatório recomposto, atividades estas conduzidas pela Fundação Renova, o retorno operacional da usina está planejado para o mês de novembro de 2022.

Devido às consequências do incidente em Mariana, os ativos referentes à Usina de Candonga tiveram os seus valores recuperáveis avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para cálculo do valor recuperável, a

Administração utilizou o método de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes premissas: (i) expectativas para os custos e despesas de acordo com os orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração; (ii) os contratos de venda de energia firmados até o final da concessão; (iii) premissas futuras para o *generation scaling factor* (GSF) e para o preço de liquidação das diferenças (PLD); (iv) projeções de depreciação de amortização para períodos futuros; (v) efeitos de impostos de renda e contribuição social aplicáveis baseados na alíquota combinada de 34%; (vi) taxa de desconto utilizada na avaliação foi de 10,60%; e (vii) taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 4,50%.

O valor recuperável dos referidos ativos, mensurado em 31 de dezembro 2020, não apresentou perdas e, consequentemente, a Companhia não reconheceu em seu resultado qualquer montante referente à redução ao valor recuperável de ativos para esta unidade geradora de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Referente às premissas chaves, não há mudança em relação às utilizadas em períodos anteriores.

Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado.

A Companhia ressalta que durante todo o processo desencadeado pelo rompimento da barragem de rejeitos tem atuado em conformidade com as orientações dos órgãos reguladores em todas as suas atividades executadas, e está monitorando a situação mantendo-se em contato constante com as diversas entidades responsáveis, bem como com os governos locais.

Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcios

A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia. A parcela da Companhia em cada um dos ativos e passivos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento, para a controladora e consolidado, são como segue:

Descrição	Participação na Energia Gerada	EM SERVIÇO		EM CURSO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
UHE Amador Aguiar	87,37%	518.629	546.671	4.090	3.724
UHE Risoleta Neves	50,00%	74.640	79.005	431	411
UHE Porto Estrela	66,67%	40.157	43.366	983	668
UHE Igarapava	52,65%	73.725	82.001	603	668
		707.151	751.043	6.107	5.471

9 | Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (e).

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2018	105.335	141.780	1.131	1.422	1.267	-	250.935
Adições	3.585	-	-	-	-	459	4.044
Baixas	(1.644)	-	-	-	-	-	(1.644)
Transferência	-	-	-	232	-	(63)	169
Em 31/12/2019	107.276	141.780	1.131	1.654	1.267	396	253.504
Adições	4.131	-	-	-	-	64	4.195
Transferências	-	-	-	15	-	(29)	(14)
Em 31/12/2020	111.407	141.780	1.131	1.669	1.267	431	257.685
Amortização acumulada							
Em 31/12/2018	(55.761)	(30.421)	(208)	(1.148)	(174)	-	(87.712)
Adições	(17.543)	(7.970)	(52)	(234)	(59)	-	(25.858)
Em 31/12/2019	(73.304)	(38.391)	(260)	(1.382)	(233)	-	(113.570)
Adições	(18.676)	(7.970)	(52)	(82)	(58)	-	(26.838)
Em 31/12/2020	(91.980)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(140.408)
Valor líquido							
Em 31/12/2019	33.972	103.389	871	272	1.034	396	139.934
Em 31/12/2020	19.427	95.419	819	205	976	431	117.277
Taxa média de amortização	17,08%	5,62%	4,60%	4,94%	4,58%	-	10,50%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2018	11.512	107.274	141.780	1.131	1.423	1.267	-	264.387
Adições	-	3.585	-	-	-	-	460	4.045
Baixas	-	(1.659)	-	-	-	-	-	(1.659)
Transferência	-	-	-	-	232	-	(63)	169
Em 31/12/2019	11.512	109.200	141.780	1.131	1.655	1.267	397	266.942
Adições	18.403	4.132	-	-	-	-	64	22.599
Transferências	-	-	-	-	15	-	(29)	(14)
Em 31/12/2020	29.915	113.332	141.780	1.131	1.670	1.267	432	289.527
Amortização acumulada								
Em 31/12/2018	(438)	(56.126)	(30.421)	(208)	(1.148)	(174)	-	(88.515)
Adições	(404)	(18.003)	(7.970)	(52)	(234)	(59)	-	(26.722)
Em 31/12/2019	(842)	(74.129)	(38.391)	(260)	(1.382)	(233)	-	(115.237)
Adições	(748)	(18.728)	(7.970)	(52)	(82)	(58)	-	(27.638)
Em 31/12/2020	(1.590)	(92.857)	(46.361)	(312)	(1.464)	(291)	-	(142.875)
Valor líquido								
Em 31/12/2019	10.670	35.071	103.389	871	273	1.034	397	151.705
Em 31/12/2020	28.325	20.475	95.419	819	206	976	432	146.652
Taxa média de amortização								
	3,61%	16,83%	5,62%	4,60%	4,93%	4,58%	-	9,93%

Os ativos intangíveis servidão, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

10 | Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	30.216	23.813	30.216	23.813
Fornecedores de materiais e serviços	11.743	14.005	17.239	16.303
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	4.648	-	4.648
Encargos de uso da rede elétrica	12	53	12	53
	41.971	42.519	47.467	44.817

11 | Tributos a recolher sobre o lucro

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (i).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	67.579	66.714	68.952	66.714
Contribuição social	19.465	17.344	20.236	17.948
	87.044	84.058	89.188	84.662

11.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP)	7.283	10.059	7.283	10.059
Provisão para demandas judiciais	72.148	64.428	72.338	64.428
Demais provisões	9.851	4.692	9.529	4.509
Provisões para compromissos socio ambientais	817	(664)	945	(631)
Outros	146	(125)	556	264
	90.245	78.390	90.651	78.629
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(22.630)	(23.549)	(22.630)	(23.549)
Depreciação fiscal	(60.465)	(47.148)	(60.465)	(47.148)
	(83.095)	(70.697)	(83.095)	(70.697)
	7.150	7.693	7.556	7.932
Total do ativo	7.150	7.693	7.556	7.932

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	7.693	(5.401)	7.932	(3.976)
Efeitos alocados às demonstrações de resultados	(543)	13.094	(376)	11.908
Saldo no final do exercício	7.150	7.693	7.556	7.932

11.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado no exercício 2020 e 2019 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	376.911	338.010	381.023	339.470
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(128.150)	(114.924)	(129.548)	(115.420)
Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	5.200	5.650	-	-
Reversão de provisões	-	-	-	(1.175)
Diferença regime tributário – lucro presumido	-	-	1.815	3.951
Créditos tributários não constituídos	-	-	(255)	-
Incentivo fiscal da Sudene	-	-	534	724
Reversão de IRPJ/CSLL pagos a maior	-	-	-	829
Dedução de prejuízo fiscal acumulado	-	-	391	356
Outros	327	226	328	227
Despesa no resultado	(122.623)	(109.048)	(126.735)	(110.508)
Imposto corrente	(122.080)	(122.142)	(126.359)	(122.416)
Imposto diferido	(543)	13.094	(376)	11.908
	(122.623)	(109.048)	(126.735)	(110.508)
Alíquota efetiva	33%	32%	33%	33%

12 | Concessões a pagar

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	271.392	24.742	1.764	297.898
Efeitos financeiros reconhecidos	41.919	5.164	295	47.378
Amortizações	(41.974)	(5.148)	(356)	(47.478)
Saldo em 31/12/2019	271.337	24.758	1.703	297.798
Efeitos financeiros reconhecidos	32.433	1.916	240	34.589
Amortizações	(44.824)	(5.517)	(383)	(50.724)
Saldo em 31/12/2020	258.946	21.157	1.560	281.663

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	43.580	41.990
Passivo não circulante	238.083	255.808
	281.663	297.798

a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo para controladora e consolidado são conforme segue:

2022	31.479
2023	35.186
2024	30.839
2025	27.040
2026	23.715
2027 a 2031	81.445
2032 em diante	8.379
	238.083

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre os fluxos de caixa esperados para outorga onerosa dos contratos de concessão utilizando uma taxa média de desconto nominal de 13,84%, e embute a inflação prevista no pagamento das parcelas.

13 | Financiamentos e debêntures

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures – 1º emissão	10/07/2020	111,5% da DI	R\$	-	144.073	-	144.073
Debêntures – 2º emissão	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	73.407	76.750	73.407	76.750
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	206.945	216.282
Total				73.407	220.823	280.352	437.105
Classificadas como:							
Passivo circulante				8.719	152.305	19.328	161.265
Passivo não circulante				64.688	68.518	261.024	275.840
				73.407	220.823	280.352	437.105

a. DEBÊNTURES

A 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, possui cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras, onde o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,5. O índice obtido em 31 de dezembro de 2020 é inferior ao citado parâmetro. Ademais, possuem ainda outras cláusulas de restrições como mudança, transferência ou cessão do controle societário, incorporação, fusão e cisão sem a prévia anuência do credor, dentre outras. Cumpre ressaltar que a Companhia está adimplente à totalidade das cláusulas restritivas prevista no citado contrato.

b. FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Companhia, sua subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações ("Aliança Eólica") e as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote ("SPEs") assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento ("Contrato de Financiamento") e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque

Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$243.500, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e auditado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020.

1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações ("Contrato de Penhor de Ações") e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos ("Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos")

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e à Simplific Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2018	289.120	515.287
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	74.067	75.490
Encargos financeiros	14.440	33.310
Amortização do principal	(140.000)	(152.457)
Amortização de juros	(16.804)	(34.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	220.823	437.105
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	-	-
Encargos financeiros	7.762	23.328
Amortização do principal	(146.653)	(156.110)
Amortização de juros	(8.525)	(23.971)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	73.407	280.352

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2020	31/12/2019
CDI	2,75%	4,40%
TJLP	4,55%	5,57%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2022	4.845	15.937
2023	5.909	17.779
2024	9.375	22.077
2025	12.561	26.154
2026	14.924	29.471
2027 a 2031	17.074	106.619
2032 a 2034	-	42.987
Financiamentos e debêntures	64.688	261.024

c. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (*covenants*). Os compromissos estabelecidos nos contratos de financiamento e debêntures estão sendo cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020.

d. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2020, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES.

14 | Arrendamentos

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (g).

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu ativo de direito de uso e passivo de arrendamento a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2).

	Taxa	Vencimento		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prédios							
Sede – Aliança	7,93%	2024	R\$	1.894	482	1.894	482
Sede – Consórcio Candonga	6,13%	2021	R\$	9	20	9	20
Sede – Consórcio Porto Estrela	8,45%	2022	R\$	20	37	20	37
Veículos							
Aliança – UHE Funil	6,41%	2022	R\$	139	195	139	195
Aliança – UHE Aimorés	7,11%	2021	R\$	39	227	39	227
Terrenos							
Conjuntos Eólicos	10,57%	2046	R\$	-	-	12.099	9.605
Máquinas e equipamentos						2.807	
Equipamentos PAE	6,12%	2024	R\$	2.807	3.284		3.284
Total				4.909	4.245	17.007	13.850
Classificadas como:							
Passivo circulante				1.416	1.467	2.432	2.432
Passivo não circulante				3.493	2.778	14.575	11.418
				4.909	4.245	17.007	13.850

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01 de janeiro de 2019	970	10.650
Adições	3.764	3.765
Pagamento de arrendamento	(546)	(1.560)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	57	995
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.245	13.850
Adições	2.010	4.660
Pagamento de arrendamento	(1.585)	(2.621)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	239	1.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.909	17.007

O vencimento dos arrendamentos apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Vencimento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2022	1.195	2.139
2023	1.093	1.970
2024	919	1.735
2025	160	916
2026	126	828
2027 a 2031	-	2.829
2032 a 2046	-	4.158
Arrendamentos	3.493	14.575

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 7,03% a.a. A Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento.

15 | Encargos regulatórios a recolher

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (a).

A composição dos encargos setoriais a recolher é conforme segue:

Encargos	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	5.647	4.932
Pesquisa e desenvolvimento	25.627	21.468
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	295	297
	31.569	26.697
Classificados como:		
Passivo circulante	6.948	6.146
Passivo não circulante	24.621	20.551
	31.569	26.697

Encargos	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	5.672	4.957
Pesquisa e desenvolvimento	25.627	21.468
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	295	297
	31.594	26.722
Classificados como:		
Passivo circulante	6.973	6.171
Passivo não circulante	24.621	20.551
	31.594	26.722

16 | Provisão para compromissos futuros

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (h).

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	36.027	1.716	1.090	14.701	-	53.534	4.860	58.394
Adições / (Baixas)	4.262	(580)	(14)	(5.013)	3.818	2.473	12.153	14.626
Pagamentos	(20.189)	(141)	(1.211)	(2.704)	(376)	(24.621)	(912)	(25.533)
Atualização	2.709	114	142	988	155	4.108	493	4.601
Saldo em 31/12/2019	22.809	1.109	7	7.972	3.597	35.494	16.594	52.088
Adições / (Baixas)	4.777	(186)	-	(322)	(137)	4.132	(1.059)	3.073
Pagamentos	(15.173)	(62)	-	(1.729)	(369)	(17.333)	(327)	(17.660)
Atualização	944	59	-	465	146	1.614	344	1.958
Saldo em 31/12/2020	13.357	920	7	6.386	3.237	23.907	15.552	39.459

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante	17.386	18.350	17.711	18.660
Passivo não circulante	6.521	17.144	21.748	33.428
	23.907	35.494	39.459	52.088

(a) O saldo das provisões das Centrais Eólicas se refere aos compromissos socioambientais e desmantelamento.

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor. A Companhia atualizou a renovação da licença de operação para usina Porto Estrela.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros, utilizando a taxa média de desconto nominal de 5,94% no individual e 3,75% nas suas controladas.

17 | Processos judiciais

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (h).

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Segue abaixo a movimentação do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambiental	Cíveis	Trabalhistas	Regulatório	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	4.527	14.685	513	118.809	138.534
Adições/atualizações	72.239	1.013	226	-	73.478
Atualizações	99	895	360	70.127	71.481
Reversões/pagamentos	(3.111)	(1.170)	(160)	-	(4.441)
Saldo em 31/12/2019	73.754	15.423	939	188.936	279.052
Adições	466	31.086	24	-	38.631
Atualizações	38.856	(5.955)	62	23.263	56.322
Reversões/pagamentos	(6.108)	(15.033)	(261)	-	(28.546)
Saldo em 31/12/2020	106.968	25.521	764	212.199	345.452

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações regulatórias

- ***Ação para retorno de Candonga ao MRE com pedido liminar***

Em 6 de maio de 2016, a ANEEL emitiu despacho suspendendo a operação comercial da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (“Candonga”), o que implicou, desde então, em um substancial aumento do custo com compra de energia por parte da Companhia, para suprir os contratos de venda firmados até o final da concessão.

Assim, em fevereiro de 2017, foi distribuída ação judicial objetivando anular a decisão da ANEEL, uma vez que a Companhia não pode ser responsabilizada pelos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Mariana. Foi deferido pedido liminar no início de abril de 2017, e em janeiro de 2018 foi prolatada sentença de 1ª instância favorável ao Consórcio, declarando nulo o despacho da ANEEL e afastando a decisão que excluiu o Consórcio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

A ANEEL, por sua vez, apresentou recurso de apelação em face da decisão proferida, e solicitou a suspensão da decisão de primeira instância até o julgamento da Apelação, pedido este ainda sub judice.

Embora não tenha obtido êxito, é indiscutível o esforço empreendido pela ANEEL nos últimos 6 (seis) meses para reversão da decisão, tendo apresentado, além do pedido de efeito suspensivo ao Recurso de Apelação acima mencionado, pedidos de suspensão de Liminar e Sentença perante o TRF 1ª Região e perante do Superior Tribunal de Justiça, este último objeto de Recurso (Agravo Interno) pendente de julgamento.

Neste cenário, e considerando a inexistência de jurisprudência aplicável ao caso, a Aliança provisiona, o montante total de R\$212.199 (R\$188.936 em 31 de dezembro de 2019), relativo aos valores efetivamente realizados na CCEE através da liquidação de curto prazo, e que podem ser exigidos pela ANEEL no caso de reversão da decisão judicial favorável hoje vigente.

Ações ambientais

- ***Preservação permanente do entorno do reservatório***

Ação Civil Pública que tem, dentre outros, tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“Consórcio de Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, nos termos do artigo 4º, §6º, da Lei Federal nº 4.771/1965, não

sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

O valor provisionado como perda provável é de R\$74.043 (R\$71.927 em 31 de dezembro de 2019).

- **Ação penal - ocorrência de mortandade de peixes**

Ação Penal distribuída em 2018 e que tem por objeto imputar à Aliança a autoria de crime de poluição culposa com consequente mortes de peixes em março/2016 no Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil. Em 02/09/2020 foi publicada decisão que condenou a empresa ao pagamento do valor de R\$13.739, tendo sido apresentado recurso que aguarda julgamento.

O montante provisionado como perda provável é de R\$13.739 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019).

- **Ação civil pública - trecho de vazão reduzida**

Ação Civil Pública distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença publicada em 2015, a empresa foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d’água e que, na hipótese de inviabilidade técnica, deve quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias.

Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise. A Companhia provisiona R\$17.500 com a elaboração dos estudos e execução de projetos compensatórios (R\$0 em 31 de dezembro de 2019).

Ações cíveis

- **Ação civil pública - Resplendor**

Ação Civil Pública distribuída em 2016 pelo MPMG em face da COPASA e Aliança em razão da não conclusão das obras do convênio firmado em 2011. A ação ainda está em fase inicial e o valor atribuído como risco provável se deve ao desembolso efetivo para a conclusão das obras. O montante do processo registrado como perda provável é de R\$9.002 (R\$10.589 em 31 de dezembro de 2019).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a movimentação para a Controladora:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ambiental	33.517	32.715	33.780	32.886
Cíveis	52.550	21.731	52.713	21.740
Regulatório	25.709	25.156	25.709	25.156
Outras	46.897	384	46.903	384
	156.683	79.986	159.105	80.166

Os detalhes para os principais valores apresentados como seguem:

Ações ambientais

- **Ação de reflorestamento - APP de Capim Branco**

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais.

A empresa foi condenada em decisão de primeira instância ao reflorestamento da faixa de 100 metros no entorno do reservatório e já foi apresentado recurso para discutir a obrigação de fazer delimitada. Foi atribuído valor de R\$24.132 (R\$23.660 em 31 de dezembro de 2019), fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação e que foi indicado como risco possível com base no parecer do escritório que patrocina a ação.

Ações cíveis

- **Ação indenização - pescadores**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo ainda aguarda julgamento e, por esse motivo, foi caracterizado seu prognóstico como possível. Os valores de pedidos apresentados foram calculados por Companhia contratada para a liquidação dos pedidos e, para tanto, foram usados os parâmetros obtidos em outros casos similares. Dessa forma, é indicado o valor de R\$7.617 (R\$868 em 31 de dezembro de 2019).

- **Ação indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível distribuída por pessoa jurídica com atuação na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia e que busca ressarcimento de danos materiais, redução de patrimônio e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação ainda está em fase inicial, não tendo havido julgamento até o presente momento. Por esse motivo e pelo fato de a empresa autora deter apenas autorização para pesquisa, sem direito líquido e certo à lavra, mero POSSÍVEL, tendo em vista que a autora detinha mera autorização de pesquisa, sem direito à lavra, os valores pedidos foram lançados com prognóstico possível, sendo indicado como valor requerido de R\$14.834 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019).

- **Ação desapropriação - Parque Estadual do Pau Furado**

Trata-se de ação de indenização em razão de desapropriação para a constituição do Parque Estadual do Pau Furado. Como o processo ainda está em fase inicial, aguardando julgamento e, tendo em vista que já houve laudo pericial indicando o valor devido a título de indenização, o prognóstico está lançado como possível, com valor de R\$7.960 (R\$7.598 em 31 de dezembro de 2019).

Ações regulatórias

- **Encargos de Serviços do Sistema – Resolução do Conselho Nacional de Política Energética**

Ação ordinária na qual a Aliança requer para que a União e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, se abstenham de praticar qualquer ato que, com fundamento na Resolução CNPE nº 03/2013, a inclua no rateio do custo do despacho adicional de usina, acionado extraordinariamente por decisão do CMSE, para garantir o suprimento energético. Foi atribuído o valor de R\$25.709 como risco possível (R\$25.156 em 31 de dezembro de 2019).

Ações tributárias

- **Crédito de ICMS**

Ação Ordinária que busca a determinação de inexistência do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$46.481 como risco possível (R\$0 em 31 de dezembro de 2019), de acordo com o parecer do escritório que patrocina a causa.

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	662	580	662	580
Cíveis	302	120	401	129
Ambiental	1.032	7.974	1.032	7.974
	1.996	8.674	2.005	8.683

Para os depósitos judiciais vinculados a litígios reclassificamos R\$10.513 para o ativo imobilizado, uma vez que estas ações são de desapropriações e não serão revertidas a favor da Companhia.

18 | Patrimônio Líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (I).

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020 o montante a pagar é de R\$254.288 (R\$228.962 em 31 de dezembro de 2019).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$ 1.276.668, é o seguinte: R\$ 710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$ 566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	254.288	228.962
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro básico por ação (em R\$)	0,20	0,18

19 | Receita líquida

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (j).

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	1.122.389	1.164.485	1.204.845	1.237.237
Transações com energia na CCEE	11.690	934	25.214	24.104
Receita bruta pela prestação de serviços	2.480	3.796	1.667	3.006
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(176.063)	(153.469)	(189.596)	(161.399)
	960.496	1.015.746	1.042.130	1.102.948

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Industrial ou equivalente	580.929	435.282	629.986	498.102
Suprimento Geração 3ºs	21.914	-	21.914	-
Suprimento a outras concessionárias	519.546	729.203	552.945	739.135
	1.122.389	1.164.485	1.204.845	1.237.237

Impostos e encargos incidentes sobre a receita para controladora e consolidado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributos sobre a receita				
PIS	(18.362)	(19.142)	(19.125)	(19.975)
COFINS	(84.575)	(88.171)	(88.095)	(92.009)
ICMS - substituição tributária	(32.356)	(11.596)	(41.309)	(14.552)
ISS	(124)	(190)	(118)	(190)
	(135.417)	(119.099)	(148.647)	(126.726)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(27.528)	(20.475)	(27.528)	(20.475)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(3.543)	(3.560)	(3.846)	(3.863)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(3.830)	(4.134)	(3.830)	(4.134)
Pesquisa expansão sistema energético - MME	(1.915)	(2.067)	(1.915)	(2.067)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.830)	(4.134)	(3.830)	(4.134)
	(40.646)	(34.370)	(40.949)	(34.673)
	(176.063)	(153.469)	(189.596)	(161.399)

20 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA PARA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica comprada para revenda	(306.213)	(418.791)	(312.367)	(431.513)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	45.511	50.930	45.511	50.930
Depreciação e amortização	(123.927)	(122.102)	(153.517)	(150.771)
Serviços de terceiros	(45.861)	(46.373)	(57.506)	(54.763)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(54.262)	(51.391)	(58.265)	(55.185)
Pessoal	(29.904)	(29.866)	(30.008)	(29.866)
Materiais	(2.396)	(3.042)	(2.665)	(3.086)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(13.399)	(9.018)	(11.391)	(6.838)
	(530.451)	(629.653)	(580.208)	(681.092)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(12.938)	(13.355)	(12.938)	(13.355)
Serviços de terceiros	(9.468)	(9.848)	(10.810)	(10.475)
Participação dos empregados no resultado	(2.609)	(2.463)	(2.609)	(2.463)
Depreciação e amortização	(1.928)	(1.068)	(2.280)	(1.407)
Contingências	(14.144)	-	(14.144)	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2.897)	(2.873)	(3.756)	(3.300)
	(43.984)	(29.607)	(46.537)	(31.000)
Resultado de equivalência patrimonial	15.296	16.617	-	-
Amortização do ágio	(353)	(353)	-	-
	14.943	16.264	-	-
	(29.041)	(13.343)	(46.537)	(31.000)

21 | Receitas e despesas financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (k).

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	13.512	32.426	15.359	35.632
Outras	7.213	1.746	12.801	2.965
	20.725	34.172	28.160	38.597
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(34.589)	(47.378)	(34.589)	(47.378)
Encargos financeiros – compromissos futuros	(1.614)	(4.108)	(1.958)	(4.601)
Encargos de financiamentos e debêntures	(7.762)	(14.440)	(23.328)	(33.782)
Outras	(853)	(2.986)	(2.647)	(4.222)
	(44.818)	(68.912)	(62.522)	(89.983)
	(24.093)	(34.740)	(34.362)	(51.386)

22 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber								
Venda de energia	-	-	49.433	40.437	14.297	13.623	63.730	54.060
Serviços de backoffice	243	316	176	278	-	-	419	594
Acerto de contingências passivas	-	-	86.996	64.590	46.124	33.008	133.120	97.598
Contas a pagar								
Serviços de O&M	-	-	-	-	694	1.095	694	1.095
Dividendos a pagar	-	-	137.158	125.929	112.221	103.033	249.379	228.962
	Centrais Eólicas		Vale S.A.		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado								
Receita com venda de energia	-	-	621.304	563.152	174.425	165.595	795.729	728.747
Receita com serviços de backoffice	813	794	1.487	1.667	-	-	2.300	2.461
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(37.480)	(35.750)	(37.480)	(35.750)
Custo com O&M	(22)	-	-	-	(5.020)	(8.177)	(5.042)	(8.177)
Compra de energia	13	-	(114.140)	(57.093)	-	-	(114.127)	(57.093)
Recuperação de despesas	1.213	1.004	-	-	-	-	1.213	1.004

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) vendas/compras de energia elétrica às acionistas Vale S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A.; (ii) recuperação de despesas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; e (v) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.985, incluindo pró-labore, salários e benefícios (R\$2.763 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

23 | Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- **Custo amortizado:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- **Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, empréstimos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data da mensuração;
- **Nível 2** – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos e passivos similares em mercados ativos; e
- **Nível 3** – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

CONTROLADORA					
		31/12/2020		31/12/2019	
Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
CATEGORIA DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
Ativos financeiros:					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	311.441	311.441	394.567	394.567
Aplicações financeiras	2	209.716	209.716	305.884	305.884
Contas a receber	2	114.281	114.281	93.378	93.378
Outros valores a receber	2	18.736	18.736	14.858	14.858
Outros valores a receber de partes relacionadas	2	133.120	133.120	97.598	97.598
		787.294	787.294	906.285	906.285
Passivos financeiros:					
Avaliados ao custo amortizado					
Fornecedores	2	41.971	41.971	42.519	42.519
Financiamentos e debêntures	2	73.407	73.407	220.823	220.823
Arrendamentos	2	4.909	4.909	4.245	4.245
Concessões a pagar	2	281.663	297.295	297.798	364.174
Outros passivos	2	2.491	2.491	3.366	3.366
		404.441	420.073	568.751	635.127

CONSOLIDADO					
		31/12/2020		31/12/2019	
Nível		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
CATEGORIA DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
Ativos financeiros:					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	385.220	385.220	435.169	435.169
Aplicações financeiras	2	224.258	224.258	327.246	327.246
Contas a receber	2	159.711	153.039	130.592	130.592
Outros valores a receber	2	18.753	18.753	15.070	15.070
Outros valores a receber de partes relacionadas	2	133.120	133.120	97.598	97.598
		921.062	914.390	1.005.675	1.005.675
Passivos financeiros:					
Avaliados ao custo amortizado					
Fornecedores	2	47.467	47.467	44.817	44.817
Financiamentos e debêntures	2	280.352	394.541	437.105	498.667
Arrendamentos	2	17.007	17.007	13.850	13.850
Concessões a pagar	2	281.663	297.295	297.798	364.174
Outros passivos	2	2.426	2.426	3.370	3.370
		628.915	758.736	796.940	924.878

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para as debêntures classificadas e mensuradas ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e por não possuírem mercado ativo, já que as debêntures não foram negociadas em mercado secundário, nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2020. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 13) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

- **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 4,55% e o CDI acumulado será de 2,02% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	31/12/2020			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 2,02%	Cenário I CDI 2,53%	Cenário II CDI 3,03%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	520.613	531.129	533.785	536.388
Ativo líquido exposto	520.613	531.129	533.785	536.388
Efeito no resultado		10.516	13.172	15.775

	31/12/2020			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 2,02%	Cenário I CDI 2,53%	Cenário II CDI 3,03%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa no 12)	(73.407)	(74.890)	(75.264)	(75.631)
Passivo líquido exposto	(73.407)	(74.890)	(75.264)	(75.631)
Efeito no resultado		(1.483)	(1.857)	(2.224)
Efeito líquido da variação do CDI no resultado		9.034	11.314	13.550

b. CONSOLIDADO:

	31/12/2020			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base CDI 2,02%	Cenário I CDI 2,53%	Cenário II CDI 3,03%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	608.702	620.998	624.102	627.146
Ativo líquido exposto	608.702	620.998	624.102	627.146
Efeito no resultado		12.296	15.400	18.444

	31/12/2020			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base CDI 2,02%	Cenário I CDI 2,53%	Cenário II CDI 3,03%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa no 13)	(73.407)	(74.890)	(75.264)	(75.631)
Passivo líquido exposto	(73.407)	(74.890)	(75.264)	(75.631)
Efeito no resultado		(1.483)	(1.857)	(2.224)

	31/12/2020			
Descritivo	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 4,55%	Cenário I TJLP 5,69%	Cenário II TJLP 6,83%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa no 13)	(206.945)	(216.361)	(218.720)	(221.079)
Passivo líquido exposto	(206.945)	(216.361)	(218.720)	(221.079)
Efeito no resultado		(9.416)	(11.775)	(14.134)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado		1.397	1.768	2.085

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro 2020. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 12) indexado à variação do IGP-M.

• **Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2021, a taxa IGP-M anualizada será de 3,70%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	31/12/2020			
	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 3,70%	Cenário I IGP-M 4,63%	Cenário II IGP-M 5,55%
RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO				
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 12)	281.663	292.085	294.704	297.295
Passivo líquido exposto	281.663	292.085	294.704	297.295
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		10.422	13.041	15.632

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	41.971	-	-	-	-	41.971
Financiamentos e debêntures	-	-	3.388	47.614	22.405	73.407
Concessões a pagar	4.421	8.698	30.461	124.544	113.539	281.663
	46.362	8.698	33.849	172.158	135.944	397.041
CONSOLIDADO	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	47.467	-	-	-	-	47.467
Financiamentos e debêntures	837	2.526	11.227	111.418	154.344	280.352
Concessões a pagar	4.421	8.698	30.461	124.544	113.539	281.663
	52.725	11.224	41.688	235.962	267.883	609.482

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	41.441	394.567	115.220	435.169
Aplicações financeiras	479.716	305.884	494.258	327.246
Contas a receber	114.281	93.378	159.711	130.592
Total da exposição	635.438	793.829	769.189	893.007

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 6.

25 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.225 (R\$1.222 em 31 de dezembro de 2019).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$391.782, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2021.

26 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

- A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$44.334.
- Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$3.655; Santo Inácio IV no valor de R\$2.772; Garrote no valor de R\$2.772; e São Raimundo no valor de R\$2.898.

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e a capacidade de contratação nos próximos 6 anos:

	MW médios					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Garantia Física	635,67	650,34	668,32	668,32	668,32	668,32
Garantia Física no CG	617,98	632,54	650,39	650,39	650,39	650,39
Contratos de Compra	169,88	-	-	-	-	-
Contratos de Venda	647,43	587,27	568,78	568,78	568,78	568,78
Distribuidor	26,61%	29,33%	30,29%	30,29%	30,29%	30,29%
Autoprodutor	63,12%	64,20%	64,50%	64,50%	64,50%	64,50%
Gerador	9,86%	6,47%	5,21%	5,21%	5,21%	5,21%
Comercializador	0,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Contratado	82,18%	92,84%	87,45%	87,45%	87,45%	87,45%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- Consideramos o retorno da operação comercial da UHE Risoleta Neves em 21 de julho de 2022;
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 02 de março 2021 para todo o horizonte; e
- Os contratos de venda da Companhia reduzem a partir de 2022 em função da operação de SWAP com os projetos das Centrais Eólicas Acauã e Gravier.

27 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão de demandas judiciais (1)	28.993	28.993	1.639	1.639
Contabilização inicial IFRS 16 (2)	2.010	4.660	4.734	14.415
	31.003	33.653	6.373	16.054

- 1) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas.
- 2) Em 2020 e 2019, a Companhia aplicou o IFRS 16 e registrou o passivo de arrendamento e um direito de uso no grupo de imobilizado.

28 | Efeitos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da atividade produtiva e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

Ciente da responsabilidade com a saúde e segurança dos seus colaboradores, parceiros, clientes e comunidade, a Companhia fechou temporariamente o acesso aos escritórios, adotando o regime de Home Office. Nas unidades produtivas foi adotado um regime especial de trabalho mantendo-se apenas as atividades estritamente necessárias à continuidade da operação das Usinas.

Não são esperados efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação dos projetos da Companhia, uma vez que durante o ano de 2020: (i) Outorgas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); (ii) Pareceres de Acesso para conexão na rede básica nacional emitidas pelo ONS; (iii) Licenças Ambientais de Implantação (LI); (iv) enquadramentos de Projetos Prioritários no Ministério de Minas e Energia; e (iv) contratação dos principais fabricantes e fornecedores.

A Companhia considera que estas ações servirão para minimizar os impactos do COVID-19 e entende que não há considerações relevantes a serem realizadas referentes a suas previsões relacionados aos testes de recuperabilidade de seus ativos, quebras de covenants ou mudança significativa no valor justo de seus ativos e passivos.

Portanto, no que se referem às informações contábeis individuais e consolidadas, a Administração avaliou os efeitos do COVID-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia ao risco de crédito de clientes e os impactos no setor elétrico; (iv) sensibilizou premissas do teste do valor recuperável de ativos e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas informações contábeis em decorrência deste assunto.

29 | Eventos subsequentes

Em 15 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$270.000. A emissão foi realizada nos termos da Instrução nº 476/2009 da Comissão de Valores Mobiliários e na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011. O prazo total é de 14 anos, com vencimento no dia 15 de fevereiro de 2035 e amortização semestral em 27 (vinte e sete) parcelas, sendo a primeira em 15 de fevereiro de 2022. O pagamento de juros é semestral a partir de 15 de fevereiro de 2022. Os juros remuneratórios serão definidos após procedimento de bookbuilding com investidores e terão como a taxa máxima o maior valor entre a taxa NTN-B 2028 + 0,95% ao ano ou IPCA + 4,15% ao ano. Os recursos captados serão utilizados exclusivamente para o financiamento e reembolso de gastos e/ou despesas, direta ou indiretamente, relacionados ao Projeto Acauã.

DIRETORIA

Wander Luiz de Oliveira
Diretor de Comercialização e de Engenharia

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3